

Governo deve preservar aplicações financeiras

Diretor do BC, Gustavo Franco, diz que não há mudanças no universo das aplicações

FÁBIO PAHIM JR.

O governo não quer mexer nos fundos de commodities, segundo o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco. "Não há interferência ou modificações no universo das aplicações financeiras", afirmou. "Quem tem uma aplicação não deve esperar remuneração nominal de 50% ao mês." Franco disse que o governo se beneficia do debate sobre o Plano Real, aceita sugestões e vai acertando os detalhes aos poucos. "Há linhas gerais, mas a interação com o que acontece na economia ocorre de maneira concreta."

O coração do Plano Real bate no 20º andar do prédio do Banco Central em Brasília. Mais precisamente, na sala de Gustavo Franco. Ele e sua equipe estão incumbidos de redigir as minutas das circulares e resoluções de adoção do real. Formado em economia pela PUC do Rio, onde fez graduação e mestrado, Franco estudou em Harvard ao lado do economista Jeffrey Sachs, fez uma tese sobre as hiperinflações europeias, tornou-se professor na PUC, foi consultor econômico, chegou ao governo como secretário-adjunto de Política Econômica e, quando Pedro Malán assumiu a presidência do BC, tornou-se diretor de Assuntos Internacionais.

Ele rebate as críticas ao plano, afasta a conversibilidade do real em dólar e diz que a URV foi um êxito. Mas admite que o governo falhou na comunicação. Franco disse que não gostou das críticas do PT ao custo do acordo externo com os bancos. Nem admite que o Brasil estimula a vinda de capitais externos especulativos. "Dinheiro de fundo de pensão não é especulativo", afirmou. "Temo que haja falta de familiaridade do PT com o que é dinheiro especulativo."

Estado — O sr. escreveu um texto

condenando as câmaras setoriais, como vê o assunto hoje?

Gustavo Franco — A crítica era filosófica e pragmática. Uma das doenças do Brasil é a apropriação privada dos recursos públicos. Isso é muito geral, aparece nas câmaras setoriais, nos conselhos curadores de fundos públicos, no Fundo de Desenvolvimento Social, vale até para o Conselho Monetário Nacional (CMN), onde os bancos têm assento. O orçamento público é o locus determinante da apropriação privada de recursos públicos e até o mecanismo de emenda dos parlamentares é um mecanismo claro de fisiologia, com vistas a benefícios eleitorais. Isso está por trás da pilhagem do Estado em crise fiscal e regulatória. É uma objeção filosófica às câmaras que ainda tenho. No caso do acordo automotivo, alardeado como a oitava maravilha, foi anunciado de forma muito pouco precisa, associado a aumentos de vendas não devidos ao acordo, a renúncia fiscal foi subestimada, eu procurei associar objetivos filosóficos à falta de cuidado do lado fiscal. Não se sabia se era um mecanismo de apropriação, em detrimento dos demais. Não renego as objeções passadas. O que ocorreu depois — o crescimento

da indústria — parece difícil de acreditar que a redução de preço pode ter representado uma multiplicação por três nas vendas. É uma elasticidade sem precedentes em estudos econômicos sérios. Mas aqui no BC, não é minha atribuição cuidar desse assunto. É assunto do ministro da Indústria, Comércio e Turismo.

Estado — Como avalia a evolução do Plano Real?

Franco — Foi muito de acordo com as previsões. Os acidentes de percurso foram poucos e previsíveis. A aceleração da inflação foi previsível e as dúvidas sobre a política de preços provocaram medo, mas foi uma bolha que se esgotou. O problema de oposição sindical, greves, perdas salariais, se anula por não haver perda salarial. Foi alarme falso. Quando vieram as primeiras folhas de pagamento, todo e qualquer movimento de greve furou, greve geral,



Otávio Magalhães/AE

Franco: "Faltou comunicação para explorar êxito da URV"

nem pensar e a Justiça do Trabalho ratificou nossa opinião de que não havia perda. Talvez não tenhamos capitalizado isso. Temos a melhor política cambial que o Brasil já teve. Por não termos alardeado isso, permitimos alguma desconfiança.

Estado — O sr. falou em consenso sobre câmbio fixo seguido de um sistema de bandas. O ministro Ricúpero falou em câmbio estável. É uma questão semântica ou o temor de anunciar e ter dificuldade de cumprir?

Franco — Não há temor, dado o estado do balanço de pagamentos e do nível de reservas. Não haveria dificuldade de sustentar uma política de câmbio fixo por algum tempo. Mas é preciso julgar a conveniência. O que eu disse sobre consenso é que é nossa característica antecipar os próximos passos. Isso gerou o debate. Temos aprendido. Não é um plano feito por iluminados fechados no gabinete. Há linhas gerais, mas a interação com o que acontece na economia ocorre de maneira concreta. Com a URV, o diálogo

é intenso. Tem sido muito positivo. Não há susto e a economia privada pode se dirigir ao governo, solicitar providências que serão ou não aceitas, com diálogo aberto.

Estado — Como vê as conveniências e inconveniências da conversibilidade do real em dólar — ela não seria a verdadeira ancoragem, ao lado das âncoras monetária, salarial e fiscal a que tem-se referido?

Franco — A conversibilidade tem implicações. A primeira é que significa o estabelecimento de novo regime cambial e abandonaríamos um vasto cabedal regulatório, existente desde 1940 e usado para o câmbio. O arcabouço regulamentar é pesado, anacrônico, superpõe regimes. É preciso revelo e adaptá-lo às novas realidades, num trabalho extenso, complexo. É a partir desse trabalho que se poderia fazer uma legislação cambial precisa. Fazer de sopetão um regime de moeda conversível seria complicado. Em segundo, a livre conversibilidade com ambiente político de instabilidade é

um risco. O País pode estar sujeito a movimentos que não se pode prever.

Estado — O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que não quer dinheiro especulativo para o Brasil. Em que medida isso pode acelerar uma mudança do quadro externo?

Franco — Nós também não gostamos de capital especulativo. Temo que hoje falte familiaridade do PT com o que é dinheiro especulativo. Quando um fundo de pensão compra ações no Brasil, não me parece especulação. Dizer que o Anexo IV é especulativo parece-me falacioso. O que entendemos como especulativo é a renda fixa e ela é taxada, recolhe dinheiro aos cofres públicos e o prazo foi alongado. O que é dinheiro especulativo parece mais uma ótica de palanque.

Estado — Um governo "rancoroso" com a liberdade cambial não poderia reeditar experiências externas dramáticas como a de Mitterrand, na França, e até a queda de Salvador Allende, no Chile?

Franco — É um pouco difícil falar assim. Uma coisa é o Allende no Chile nos anos 60 e outra o Allende no Brasil na década de 90. A capacidade de fazer estrago é diminuída porque a situação externa é sólida. Há uma situação comercial sólida e uma situação financeira sólida. Deteriorar a situação externa exigiria fazer muita coisa errada. Não digo que o PT não seja capaz disso, mas teria que fazer muito.

Estado — Como avalia as possibilidades da política monetária a partir de julho? Referiu-se ao fim da zeragem automática dos bancos pelo BC? Isso seria cumprido à risca?

Franco — Creio que sim. Há fenômenos e práticas que são próprios de um ambiente inflacionário. A zerada existe porque a inflação reduz o valor real da base monetária e das reservas a um valor muito pequeno. Sendo muito pequeno, é desproporcional aos fluxos que a afetam, que podem ser o dobro do valor do estoque. Também porque, no Brasil, não há reservas livres

originárias de depósitos voluntários dos bancos numa conta de reserva, que não estão vinculados à reserva compulsória. Em outros regimes, essa é uma forma de acomodar as variações. A combinação desses dois elementos faz que as instituições precisem vir ao BC para comprar ou vender títulos. É mais ou menos inevitável com inflação alta. Com inflação baixa, os estoques de reservas bancárias deixam de ser pequenos face aos fluxos. O trabalho do BC, se quiser resolver isso, é segregar a constituição de reservas das operações de mercado aberto.

Estado — O governo tem dito que não fará tablitas, mas os contratos prefixados que estiverem em vigor, com o real terão de ter uma regra de conversão.

Franco — Não vemos uma tablita como necessidade absoluta, nem como problema. A anterioridade dá a noção de quando a inflação terá uma queda e qual hora de evitar operações prefixadas. Não há problemas com essas operações, nem o governo está disposto a fazer tablita.

Estado — Acredita ser possível algum entendimento sobre a eliminação do carry-over dos índices? Ou o governo espera decisões na Justiça?

Franco — Acreditamos que o fundamento econômico é cristalino. Não tememos a Justiça. É uma questão longa. Há fundamentos evidentes, como o da correção monetária da moeda em curso. Em julho, é inflação em real. Se é pequena, a correção tem de ser pequena. Não há como questionar a transposição para um mundo de inflação baixa.

Estado — Os supermercados anunciam que os preços continuarão em cruzeiros reais. Há risco de vir inflação?

Franco — O sucesso da URV é claro, mas ela foi concebida como moeda contratual. Há uma diferença em aplicá-la aos preços. No varejo, há dificuldade de a URV entrar e ser parâmetro de preço. Isso é normal.

A URV É UM SUCESSO, MAS HÁ ALGUMAS DIFICULDADES NO VAREJO E ISSO É NORMAL, DIZ FRANCO